



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

VANIA ALVES GOMES

**BARREIRAS FÍSICAS E SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE
ACESSIBILIDADE DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS
NA ESCOLA QUILOMBOLA DO MONTE RECÔNCAVO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

VANIA ALVES GOMES

**BARREIRAS FÍSICAS E SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE
ACESSIBILIDADE DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS
NA ESCOLA QUILOMBOLA DO MONTE RECÔNCAVO**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito parcial para obtenção do grau acadêmico de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Jorge Pina Tavares.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

VANIA ALVES GOMES

**BARREIRAS FÍSICAS E SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE
ACESSIBILIDADE DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS
NA ESCOLA QUILOMBOLA DO MONTE RECÔNCAVO**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito parcial para obtenção do grau acadêmico de Bacharelado em Humanidades.

Aprovada em: 15/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Jorge Pina Tavares (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof. Dr. Carlindo Fausto Antonio

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

SUMÁRIO

1	ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	5
2	PROBLEMATIZAÇÃO E PERGUNTA DE PARTIDA	9
3	OBJETIVO GERAL	10
4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
5	ABORDAGEM METODOLÓGICA	11
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
7	RELATÓRIO PRELIMINAR DA PESQUISA EMPÍRICA	14
7.1	ESCOLA JOSÉ DE ARAGÃO BULCÃO	15
7.2	ESCOLA DUQUE DE CAXIAS	16
8	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	18
	Referências	21

1 ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A construção deste projeto de pesquisa intitulado “Barreiras Físicas e Sociais: um estudo sobre acessibilidade das crianças com deficiências físicas na Escola Quilombola do Monte Recôncavo”, surgiu da necessidade de questionar os espaços escolares e suas estruturas arquitetônicas, o quanto são inacessíveis aos educandos com deficiência, para o exercício do direito educacional. A razão que nos levou a escolher o tema da Acessibilidade das crianças com deficiências, prende-se com o fato de termos observado que as crianças com deficiências físicas se sentem excluídas dentro de escola e da comunidade de um modo geral, confrontando-se diariamente com constrangimentos relacionados, sobretudo, com a falta de acessibilidade aos espaços escolares.

Figura 1 - Escola José de Aragão Bulcão - Monte Recôncavo



Fonte: Vania Gomes (2020)

Figura 2 - Escola Duque de Caxias - Monte Recôncavo



Fonte: Vania Gomes (2020).

Em decorrência desses fatos, propomos analisar as condições de acesso nas escolas, e sua estrutura arquitetônica, examinando as dificuldades diárias, uma vez que desmotivam alunos e familiares. Neste sentido, este projeto de pesquisa se torna pertinente e necessária na medida em que possibilita um melhor conhecimento do problema bem como pode contribuir com dados técnicos e empíricos que possibilitem à direção da escola e aos demais agentes envolvidos na construção social da escola na adoção de medidas para colmatar os efeitos da exclusão social escolar. Na sociedade contemporânea não podemos mais tolerar a exclusão e o preconceito para as pessoas com necessidades educacionais especiais, sejam elas físicas, cognitivas, ou de qualquer outra natureza.

De acordo com o Decreto-Lei nº10.098 de 19 de dezembro/2000, o Congresso Nacional, passou a definir as barreiras físicas nos seguintes termos:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros{..} (BRASIL, 2000, p. 1).

Por um longo período de tempo, as escolas foram planejadas, desconsiderando-se as limitações do homem que podem prover da diversidade de fatores que levam à imobilidade parcial do corpo ou de algum membro no qual dificulta a locomoção e a prática de sua atividade diária nos logadouros públicos ou privados.

Segundo Silva (2015 apud MEC, Brasil, 2006), “as barreiras arquitetônicas são os maiores empecilhos para as pessoas com necessidades educacionais especiais, que fazem uso de cadeiras de rodas, bengalas ou muletas para se locomoverem.” Assim, as barreiras físicas são constituídas de elementos que bloqueiam ou embaraçam a mobilidade do indivíduo de modo independente, sendo elas naturais ou construídas. A legislação de inclusão brasileira, identifica seis tipos de barreiras nos acessos aos ambientes e espaços públicos na inclusão social. Estando classificados em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o

recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015).

Algumas escolas contemporâneas já estão sendo projetadas com base na norma 9050, entretanto, são notáveis ainda as barreiras arquitetônicas que impossibilitam o acesso e a mobilidade dos educandos nos espaços escolares. A normatização técnica é importante, porque permitir que crianças com deficiências físicas com mobilidade reduzida, frequentem os espaços educacionais com o senso de inclusão e não de integração. Para Silva (2015, p.59) “a escola deve ser capaz de oferecer uma educação que supra as necessidades e expectativas de todos os alunos, independentemente da sua condição física, psíquica ou social.” Nesse contexto, é importante que os poderes públicos elaborem, projetos urbanísticos para promover a acessibilidade, principalmente os projetos educacionais. Nos termos da Lei 10.098/2000:

A administração Pública Federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existente nos edifícios de uso público de sua propriedade e naquelas que estejam sob sua administração ou uso. (BRASIL, 2000, p. Art. 23).

As instituições educacionais tem um percurso histórico de não possibilitar a educação e inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. É notório que as escolas que conservam arquiteturas antigas, não estejam apropriáveis para o exercício da inclusão. Por isso, o cumprimento legal das normas estabelecidas é fundamental. Neste sentido, Manzini (2005, p.32), enfatiza que “metodologicamente, uma boa forma para registrar edificações e preservar a memória entre o velho e o novo, seria fotografar os elementos arquitetônicos como escadas, rampas, banheiros, entradas de edifícios, estacionamento, etc.” Deve-se, reconhecer as áreas internas e externa das escolas, a fim de discernir as mudanças necessárias para promover acessibilidade, monitorando o andamento das modificações que estão em curso e as que já se concretizaram, podendo tornar as escolas públicas acessíveis a todos.

Para Manzini (2005, p.32), “Uma boa forma para avaliar a existência dessa política seria quantificar e mapear as barreiras e verificar se, ao longo do tempo, essas

barreiras estariam sendo removidas.” Esta ação é imprescindível, para efetivar os direitos de quem necessita frequentar os espaços educacionais. Nesse sentido, Silva (2015) observa que,

Uma das principais questões sobre acessibilidade no contexto educacional tem sido referente às edificações. É necessário investir em obras para as adaptações físicas necessárias ao acesso dos alunos, dos mestres e da comunidade, incluindo conforme as normas de Edificações (1997) instalações complementares, como, por exemplo, sinais sonoros, rampas, salas de recursos, móveis adaptados e outros, objetivando a autonomia do aluno com deficiência (SILVA, 2015. P.63).

Atualmente, podemos presenciar essa segregação nas escolas, sendo que a maior parte dos alunos com necessidades especiais ainda se encontram em espaços inadequados. Miranda argumenta, nesse sentido, que:

É importante que se entenda a escola como um lugar privilegiado de formação, como um espaço para discussão de questões que têm profunda correlação com a prática ali vivenciada e de busca de caminhos no tocante à tomada de decisões relativas às condições de trabalho, à aprendizagem vivenciada pelos alunos sob sua responsabilidade. A inclusão deve ser pensada, também, de maneira a extrapolar a dimensão da sala de aula, envolvendo toda a comunidade escolar” (MIRANDA, 2012 p.36)

É preciso reconhecer nossas diferenças e entender que o homem não é estático, e se a humanidade está em constante mudança, precisamos ampliar ao máximo a consciência quanto à condicionalidade do indivíduo. O ambiente escolar tende à proporcionar de forma positiva métodos e práticas pedagógicas a serem acrescentadas a partir das vivências no meio social, incluir os alunos com deficiência, sendo que além de matrícula na instituição de ensino, se faz essencial adaptar todo o espaço escolar e o projeto pedagógico. Parafrazeando Tanzi, (2017, p.161) a escola busca quebrar essa relação de poder, seja criando espaços inclusivos como pensando em métodos inclusivos que possibilitam a correção de práticas e preconceitos, com vista ao desenvolvimento de uma sociedade inclusiva sustentada pelo respeito às diferenças.

Ao longo da história, a pessoa com deficiência tem sido compreendida como um ser humano diferente, e desse modo, se fez uma discriminação no sistema educacional que conseqüentemente tem se repercutido na sua vida social. Na década de 80, as instituições educacionais passaram por grandes alterações, através de legislações que passaram a instituir a educação inclusiva como artefato fundamental

para as pessoas com deficiências, permitindo contribuir para uma conexão com os princípios da dignidade da pessoa humana e para uma visão inclusiva. A compreensão no entendimento da palavra “deficiência” que antes era visto como uma circunstância na qual se encontra o indivíduo, sob uma nova visão da condição dos espaços que não estão habilitados para receber a todos. Conforme indica o Art. 4º da Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000:

as vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, p.111).

Nesse sentido, os espaços escolares precisam garantir aos alunos acessibilidade arquitetônica, promovendo os seus desenvolvimentos nas tarefas pedagógicas. Conforme Silva (2015, p.63) “Não podemos imaginar uma escola construída somente para alunos sem deficiência, pois a educação é direito de todos e, além da barreira arquitetônica, a barreira do preconceito também deve ser rompida”. No decreto nº 3.298/99 da legislação brasileira deparamos com o seguinte conceito para a deficiência física:

Art. 4. Deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, Paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 1999, P.2).

2 PROBLEMATIZAÇÃO E PERGUNTA DE PARTIDA

Parafraseando Andrade (2018,p.49), o qual considera que “Os movimentos cotidianos estabelecem redes que interligam saberes, constroem e expandem conhecimentos”, o presente estudo parte do pressuposto de que as escolas do Quilombo do monte Recôncavo, funcionando em edifícios de arquitetura antiquada, não dispõem de acessibilidade para a inclusão de crianças com deficiências físicas. Conseqüentemente, essas crianças não participam na maioria das atividades

desportivas e recreativas, por causa das barreiras físicas e sociais, nas áreas externas e internas das escolas que dificultam a sua interação socioeducativa nas escolas da comunidade. Torna-se pertinente indagar em que medida a inacessibilidade física aos espaços escolares afeta o aproveitamento escolar das crianças com deficiências físicas.

3 OBJETIVO GERAL

Para a realização do presente estudo, propomos como Objetivo Geral, estudar a estrutura arquitetônica da Escola do Monte Recôncavo no sentido de compreender a acessibilidade das crianças com deficiências físicas nos espaços escolares e, assim, contribuir com dados teóricos e empíricos que possibilitem um melhor conhecimento do problema, visando a melhoria das condições de acesso.

4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para a operacionalização do objetivo geral acima proposto, definimos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar as barreiras físicas e arquitetônicas da escola do Quilombo do Monte Recôncavo
2. Fazer o levantamento das dificuldades que as crianças com deficiências físico-motoras enfrentam para a sua mobilidade e integração nos espaços escolares
3. Analisar as políticas de inclusão das crianças com deficiências físico-motoras no acesso ao espaço escolar
4. Confrontar o aproveitamento escolar das crianças com deficiências físico-motoras com as barreiras físicas e arquitetônicas da escola da comunidade quilombola do Monte Recôncavo.

5 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Trata-se de uma abordagem qualitativa e exploratória com recurso técnico à pesquisa bibliográfica, observação empírica participante e entrevista aos sujeitos envolvidos na construção social da escola (crianças com deficiências físico-motoras, pais, direção, professores), com vista a conhecer as suas representações mentais sobre o fenómeno da inclusão, bem como à recolha de dados para a elaboração do presente estudo. Na fase preliminar da pesquisa empírica de campo, a entrevista recai sobre uma mãe e sua filha com deficiência físico-motora que frequenta a escola quilombola do Monte Recôncavo. Nesse sentido limitamos o universo populacional e essas duas sujeitas, tomando-as como amostras para pesquisas posteriores, quando melhorarem as condições do distanciamento físico impostas pela pandemia. Assim, no decorrer da pesquisa de campo, pretendemos alargar o universo populacional, envolvendo outros sujeitos, entre os quais, mais crianças com deficiências e seus respectivos progenitores, direção da escola e professores e algumas autoridades públicas da comunidade e/ou do município envolvente. Importa esclarecer, entretanto, que atualmente, a criança entrevistada está matriculada na Escola Duque de Caxias pertencente à mesma comunidade quilombola do Monte Recôncavo, onde foram coletados e construídos os dados.

A comunidade é formada por remanescentes de quilombos Tamarari. É possível encontrar na comunidade famílias que preservam as tradições culturais e religiosas. Nas escolas citadas estudam: crianças e adolescentes de origem negra, que enfrentam as dificuldades de acessibilidade nos espaços da escola devido à arquitetura antiga do edifício.

Segundo Fonseca (1998, p.60) “É o dado particular que abre o caminho para interpretações abrangentes” e nesse sentido, foram observadas as áreas escolares de modo a conhecer as barreiras arquitetônicas existentes que dificultam o acesso de alunos com deficiências físico-motoras. Com base nessas observações, escolhemos uma mãe e uma aluna com deficiência às quais aplicamos as entrevistas, de acordo com os objetivos do presente estudo. Assim, o procedimento metodológico utilizado na fase preliminar da pesquisa de campo realizada, foi no sentido de conhecermos no terreno as barreiras físicas das escolas, observar as dificuldades de acesso às atividades da escola por parte das crianças com deficiências físicas e procurar também conhecer como é que pais, professora (e) s e a própria direção da escola tem

enfrentado a problemática das barreiras físicas e sociais da acessibilidade das crianças.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No contexto atual, em que ocorrem avanços na perspectiva da educação inclusiva, é de suma importância acentuar a responsabilidade do poder público em viabilizar recursos financeiros que possibilitem aos lugares públicos e escolares, uma adequação no sentido de promover acessibilidade para que as pessoas portadoras de deficiências físicas possam se deslocar com autonomia, rompendo, assim, com a segregação social reinante. De acordo com o Artigo 56 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2020): “a construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público, privado ou coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis” (BRASIL, 2020). Como sabemos, os protagonistas das escolas são os alunos e as legislações reconhecem a importância da inclusão para a formação da pessoa humana e a construção da sociedade. Ainda, nos deparamos com inúmeros desafios que impedem que a inclusão seja efetivada na total materialidade. Precisamos continuar a percorrer um longo caminho, ecoando pela equidade em todos os espaços, mas principalmente o educacional. Nesse sentido, Silva (2015, p. 27) observa que “falar de inclusão pode parecer algo monótono, pois se tem a impressão de que é um assunto resolvido, que tudo já foi feito para que ela ocorresse, pois leis quanto não faltam.” Mas será que isso é realmente verdade?. Em reflexão às condições de acesso às escolas, as barreiras arquitetônicas existem e fazem exclusão, causando situações constrangedoras tanto no espaço escolar quanto na comunidade remanescente de quilombos, ocasionando uma dupla segregação social e racial. Assim, justifica-se a realização desta pesquisa no intuito de promover a discussão sobre acessibilidade, ofertando uma base teórica, jurisprudente e empírica. Importa, deste modo, analisar a proposta da escola inclusiva que contemple a valorização do indivíduo, o respeito pela diferença e a aceitação do outro. Conforme o autor:

Independente de qual seja a deficiência, ela deve ser encarada pela sociedade como uma normalidade e não anormalidade, pois está pode acontecer com qualquer um, e ninguém estar ileso de ser acometido por

deficiência, seja ela por hereditariedade ou longo da vida (SILVA *et al.* 2015,p.18).

Portanto, as escolas devem oferecer condições efetivas de acesso a todo e qualquer cidadão que venha a necessitar dos seus serviços, independentes de sua condição individual. Na prática observamos que isso infelizmente ainda está distante de se concretizar, principalmente no que se refere às condições de acessibilidade, como, ao caminhar pela comunidade encontra-se nas ruas, padarias, quadras poliesportivas, escolas e demais estabelecimentos, além de locais públicos, que não cumprem as normas de acessibilidade. Assim, esse estudo é não só de interesse dos alunos com deficiência, como também, é de interesse social e coletivo. Portanto, a comunidade quilombola do do Monte Recôncavo possui instituições educacionais com estruturas arquitetônicas com parâmetros inapropriados e desprovidos de acessibilidade para estudantes com deficiências físicas, que se sentem sistematicamente excluídos dentro do espaço escolar.

É essencial que os gestores das estruturas e parques escolares tenham conhecimento suficiente de que alguns indivíduos podem nascer com algum tipo de deficiência que comprometa a sua mobilidade ou que podem ser acometidos por algum fator ou acidente externo que os levem às deficiências físicas. Como observa Silva (2015, p.18 *apud* Santos 2001) “As patologias ou lesões, que acometem qualquer um destes desempenhos funcionais, podem acarretar ao indivíduo limitações físicas de graus e gravidades distintas e até irreversíveis”.

Após apresentar a legislação na qual o Estado se manifesta na promoção da inclusão, percebe-se, na contemporaneidade, que pessoas com deficiências físicas, aos poucos, alicerçadas na lei e com muita luta, estão ocupando lugares de fala que historicamente foram negados, pelas condições físicas dos indivíduos.

Diante da concepção de uma sociedade inclusiva, que necessita transgredir as barreiras do preconceito e extinguir os paradigmas da perfeição implantada por um sociedade eurocêntrica e capitalista, as pessoas com deficiência física, convivem com vários desafios para acessar a escola, como ambientes excludentes. Enfatizar mais sobre acessibilidade, a fim de promover um amplo conhecimento das jurisprudências que abarcam pessoas com deficiência, também se torna um desafio. A falta de informações a cerca dos direitos à acessibilidade nos espaços públicos, principalmente nas escolas, faz com que, pessoas com deficiências não exercitem os

seus direitos e conseqüentemente a sociedade se acomoda e trata como privilégio o cumprimento da lei as PCD.

A acessibilidade nos espaços públicos de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, é garantida pela Lei número 10.098:

Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação (BRASIL, 2000 Art 1º).

Parafrazeando Silva (2015), são muitos os duelos encontrados para extinguir os entraves físicos e permitir o acesso às instituições educacionais, diante das circunstâncias nas quais se encontram as estruturas arquitetônicas, as vias de acesso, para pessoas com deficiência percorrer e ter acesso à escola. Nesse caso, o autor considera que:

O principal problema encontrado nas escolas regulares é a arquitetura. Esses prédios são antigos, construídos muito antes de pensar em arquitetura acessível e, para adaptá-los a essa nova realidade, os custos são muito altos. Assim, as reformas precisam ser realizadas aos poucos, de escola em escola. Desta forma, são os alunos que acabam tendo de se adaptar ao ambiente escolar e não a escola se adequar ao aluno (SILVA, 2015, p.85).

7 RELATÓRIO PRELIMINAR DA PESQUISA EMPÍRICA

Dadas as limitações impostas pela pandemia do Covid 19, o nosso campo de estudo se limita exclusivamente a estudar as escolas da comunidade Quilombola do Monte Recôncavo na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, por ser uma realidade que nos é mais acessível, na atual conjuntura socio-sanitária. Em consideração ao modelo arquitetônico destas escolas ao qual continuam com estruturas de acesso inadequadas, como as edificações antigas não acessíveis para crianças com deficiência física, impossibilitando a integração escolar. Portanto, buscamos compreender, neste estudo, a estrutura arquitetônica das escolas e suas condições de acessibilidade e inclusão. Após um tempo de permanência na escola, realizamos a aplicação de entrevistas com membros que fazem parte da escola e da comunidade quilombola. As instituições escolhidas como campo de pesquisa pertencem ao distrito do Monte Recôncavo e são escolas da Rede Municipal de São

Francisco do Conde- BA. Selecionamos uma mãe e uma aluna que tem deficiência motora para melhor retratar a situação em que as escolas se encontram em termos de barreiras físicas e inacessibilidade. A mãe entrevistada tem formação em contabilidade, exerce a profissão de Agente de Saúde na localidade há 18 anos. Se auto declara preta, moradora da comunidade, não aceita as condições das estruturas físicas que a escola apresenta e que impossibilita uma interação de sua filha com a comunidade escolar. Uma mãe extrovertida, participativa na escola, na comunidade e na sua família. Sempre leva as filhas para o lazer, apesar das barreiras físicas e sociais impostas constantemente, ela não desiste de lutar por melhorias no bairro e nas escolas quilombolas. Mãe de uma adolescente de 13 anos de idade, sem deficiência e de uma criança de 6 anos que tem necessidades especiais. A escolha da entrevistada se fez pela sua trajetória e persistência em inserir a filha na instituição educacional, bem como a sua motivação e incentivo com relação às outras mães que tem filhos com deficiência e que são moradoras da mesma comunidade. A aluna entrevistada está cursando o 1º ano do ensino fundamental I, embora não seja alfabetizada. Com microcefalia congênita do Zika vírus, paralisia cerebral e dificuldades na coordenação motora, respondeu a entrevista em companhia da mãe. A escolha dessa aluna como sujeita da nossa entrevista foi motivada pelo seu desenvolvimento pedagógico, por alguma desenvoltura na comunicação e transmissão de entusiasmo com os colegas de classe e no espaço escolar. Nota-se, nas narrativas da mãe, que a escola não é acessível e não atende às necessidades locomotivas da filha e isso tem gerado consequências nocivas no seu aproveitamento escolar e na sua inserção social. Assim, sem um acolhimento necessário para receber as crianças com deficiências físicas e motoras, não se estimula uma motivação necessária na construção da relação aluno e escola.

7.1 ESCOLA JOSÉ DE ARAGÃO BULCÃO

A escola está localizada na Rua do Prédio, s/n, de Educação do Ensino Infantil que recebeu esse nome após o falecimento de um vereador chamado José de Aragão Bulcão, pessoa de confiança do Prefeito, na época, e que possuía algumas propriedades na região. Tem o prédio com estrutura física: 3 salas de aula, 2 banheiros, 1 cozinha, 1 sala de secretaria, 1 sala dos professores e uma pequena área recreativa. A escola dispõe de uma direção geral, 5 professores, uma

coordenadora e atende 81 alunos matriculados com faixa etária de 02 anos e meio a 5 anos, atualmente funciona em dois turnos, matutino e vespertino. Durante todo o período em que a aluna a frequentava, só fez uma adequação na estrutura física que consistiu na construção de uma rampa, localizada na parte traseira do prédio. Conforme relato, a mãe não fez uso dessa rampa, pelo que continuou carregando a filha pela escadaria da entrada principal.

Figura 3 - Escola José de Aragão Bulcão, entrada principal



Fonte: Própria (2022).

Figura 4 - Escola José de Aragão Bulcão, entrada segregada



Fonte: Própria (2022).

7.2 ESCOLA DUQUE DE CAXIAS

O seu projeto de implantação foi por volta do ano de 1974, período que se iniciou a sua construção. Por volta do ano de 1976, foi inaugurada pelo prefeito da época, o Sr. Claudemiro Oliveira Dias. A Escola está localizada na Rua do Cemitério s/n e a instituição atende crianças de Educação Fundamental I do 1º ao 5º ano, atualmente com 160 alunos, 2 com Deficiências Físico-Motoras e alunos com deficiência intelectual. São 5 turmas no turno matutino e 5 turmas no turno vespertino e 1 turma no turno noturno da Educação de Jovens e Adultos. O prédio está em

reforma nas estruturas físicas, contém 7 salas de aula, 2 banheiros: um com divisórias e um adaptado para cadeirantes; uma cozinha, um refeitório amplo e bem arejado, uma secretaria e sala de professores. A entrada de acesso à escola e a área recreativa, ainda é um grande desafio para alunos cadeirantes e todas as crianças devidos aos paralelepípedos, com muros e grades.

A escola do Ensino Fundamental I, a qual a aluna está matriculada, diante das reformas realizada, percebe-se que as adequações introduzidas para a inclusão de alunos com deficiências foram irrisórias e não atendem às necessidades de locomoção e mobilidade. Os paralelepípedos continuam presentes e dificultam a circulação da cadeira de roda, não existe rampa da entrada principal que direciona às salas de aula.

Figura 5 - Escola Duque de Caxias, entrada principal



Fonte: Própria (2022).

Figura 6 - Escola Duque de Caxias, entrada principal



Fonte: Própria (2022).

Portanto, nota-se, das observações feitas e da própria entrevista com essa mãe, que a escola não tem compromisso com a inclusão de crianças com deficiência e também não desenvolve políticas de inclusão arquitetônica. Nota-se na fala e comportamento da criança entrevistada, apesar de seu entendimento sobre o mundo em processo, um grande entusiasmo pela sua vida estudantil. Ficou evidente e pelos relatos, o modo como ela chegava à escola, o método usado para entrar na sala de aula e como são os seus recreios, retratando, assim, a falta de acessibilidade e integração social existente na sua escola.

8 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As pesquisas preliminares no âmbito do objeto do presente projeto de pesquisa, nos permitem concluir, parcialmente, que há muitas mudanças a serem introduzidas nas escolas do Quilombo do Monte Recôncavo, na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, a fim de se adaptar os edifícios públicos e escolares com estruturas mais adequadas de forma a atender às necessidades de locomoção das pessoas com deficiências físicas, particularmente crianças em idade de escolarização, com deficiências físico-motoras. Na observação de campo realizada na escola quilombola do Monte Recôncavo, constatamos que as crianças com deficiências físicas enfrentam inúmeras dificuldades de acesso aos espaços escolares, situação que acarreta constrangimentos para suas mães que se sentem forçadas a abrigar os seus filhos no colo para colocá-los dentro da sala de aula. Verificamos, também, que essas crianças têm extremas dificuldades de participarem nas atividades lúdicas e recreativas da escola, devido à falta de rampa de acesso e de outros instrumentos de acessibilidade como cadeiras de rodas, salas de recursos, equipes multidisciplinares para o atendimento das crianças com deficiências, etc., fazendo com que as crianças se sintam excluídas e desintegradas do convívio e da participação integral nas atividades da escola.

Torna-se necessário e urgente que as autoridades responsáveis pela gestão das escolas do Monte Recôncavo, bem como os agentes municipais tomem consciência das dificuldades de acessibilidade enfrentadas pelas crianças com deficiências, não só nos espaços escolares, mas em todo o município de São Francisco do conde, de forma a garantir os direitos que as pessoas com deficiência

têm de se locomoverem de forma inclusiva e integrada. A luta da mãe entrevistada para que sua filha seja respeitada na mesma proporção das outras crianças da escola, gera motivação e sensibilização para que outras mães com crianças com deficiências se juntem a ela na luta pelos direitos de inclusão das crianças com deficiências nos espaços escolares e municipais. Nota-se, nas pesquisas preliminares realizadas na escola em estudo, uma ausência total de políticas de inclusão dessas crianças, situação que reflete igualmente a carência geral de políticas públicas municipais de inclusão das pessoas com deficiências nos lugares públicos municipais.

Esperamos prosseguir com o presente estudo, no sentido de podermos contribuir com aportes teóricos e recomendações empíricas, de forma a influenciar as autoridades escolares e municipais a adotarem medidas com vista a transformar o município de São Francisco do Conde e sobretudo as escolas desse Município, dotando-os com espaços mais inclusivos, garantindo, assim, às pessoas com deficiências físicas, os direitos consagrados na constituição federal.

Figura 7 - Área recreativa da Escola Duque de Caxias



Fonte: Própria (2022).

Figura 8 - Refeitório da Escola Duque de Caxias



Fonte: Própria (2022).

Referências

- BRASIL, Senado Federal. Estatuto da Pessoa com Deficiência. – 4. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020
- FERREIRA, Zenanide, N. Educando em direitos humanos. João Pessoa-PB, 2016. Vol. 1.
- FONSECA, Claudia “ Quando cada caso Não é um caso”. Edição. Nº10. 1999
- MIRANDA, Teresinha Guimarães. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador, EDUFBA, 2012.
- MANZINI, Eduardo José. Inclusão e Acessibilidade. São Paulo: Revista da Sabama. Vol. 10, 2005.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- KRUG, Hugo Norberto. “Inclusão de Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais na Educação Física Escolar” edição: Nº 19 2002.
- SILVA, T.; HENRIQUE, A.; ROCHA, V. Acessibilidade: edificações, mobiliários e espaços para uma real inclusão escolar. Rio de Janeiro. Ed. Waldir Pedro, 2015.
- TANZANI, Adolfo N. Arquitetônica social escolar: Vygotsky, Bakhtin e Bernstein espaços, discursos, artefatos e suas relações de poder e controle. Campinas, São Paulo. Editora Pontes, 2017.

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro da Entrevista

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Perguntas à mãe:

1. Quantos anos sua filha(o) tinha quando você a matriculou pela primeira vez na escola?
2. Há quanto tempo sua filha(o) está inserida em uma instituição educacional?
3. Quais mudanças foram feitas para que houvesse acessibilidade para sua filha(o) ? Se não houve, quais poderiam ser feitas?
4. Na sua opinião, a adaptação feita no prédio contribuiu para a inclusão de sua filha(o)?
5. Na sua opinião, quais mudanças podem ser feitas na escola atual da sua filha(o)?
6. Em algum momento, a falta de acessibilidade prejudicou ou prejudica a vida social e a interação de sua filha (o) no âmbito escolar?
7. O que você diria para as mães que tem filhos com algum tipo de deficiência e que necessita da educação especial?

Perguntas a aluna:

1. Você gosta de ir para escola?
2. Você gosta de brincar com seus colegas?
3. Me conte como é a sua escola.
4. Me conte como voce entra na escola.
5. Você consegue circular sem tocar em algum colega seu?
6. Quando é hora de recreio, o que você faz?
7. Como você vai para casa?